



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

21, 22 e 23 de julho 2012



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Opinião	<b>Data:</b> 23/07/2012
<b>Assunto:</b> Educação e produtividade		<b>Página:</b> 10

# Notícias do Dia

---

# Educação e produtividade

O tema mais presente nas palestras e debates da Jornada de Inovação e Competitividade realizada na semana passada na Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), em Florianópolis, foi a educação. Os conferencistas e o público discutiram questões relacionadas à perda de competitividade da indústria brasileira, o cenário externo em vista da crise mundial e os entraves internos – como a carga tributária e a infraestrutura deficiente – que reduzem a capacidade do empresariado de concorrer com agentes de países onde juros e impostos são menos escorchantes do que aqui. Ainda assim, foi a educação como instrumento para elevar a produtividade o assunto mais instigante da jornada.

Não entra na cabeça de empresários que conhecem seus concorrentes mundiais os fatos de que 74% da população brasileira não é plenamente alfabetizada e de que o país ocupa o 57º lugar em Matemática e a 53ª posição em Linguagem e Ciências no ranking do respeitado Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Enquanto no hemisfério Norte se expande o percentual do PIB (Produto Interno Bruto) aplicado na melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis, por aqui apenas 10% dos alunos que concluem o ensino médio saem com o conhecimento equivalente ao conteúdo exigido para esse nível de formação.

Num quadro em que se prioriza a quantidade, ou seja, a universalização do ensino, sem pensar na qualidade do que é ministrado, não há como quebrar o círculo vicioso que joga no mercado pessoas cada vez mais defasadas em relação ao que este exige dos profissionais.





<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 23/07/2012
<b>Assunto:</b> Especialistas pedem mais do que verbas		<b>Página:</b> 23

## DIÁRIO CATARINENSE

# EDUCAÇÃO

# Especialistas pedem mais do que verbas

Gestão financeira e pedagógica serão vitais para um ensino de qualidade

São Paulo

À exceção de quem gere o orçamento nacional, a notícia de que a Câmara dos Deputados aprovou a destinação de 10% do PIB para a educação foi comemorada por professores, alunos e pais com filhos na escola.

Passada a euforia, surgem os questionamentos. Como foi definido esse percentual? Aumentar os recursos é uma medida suficiente para melhorar a aprendizagem? Em quais ações, efetivamente esse dinheiro será investido? Diante dessas questões, os especialistas são unânicos: se quisermos uma educação de qualidade, é preciso, sim, aumentar o investimento em educação. Mas só o percentual não diz muita coisa.

– Do jeito em que estão as coisas hoje, dinheiro a mais não causará impacto nenhum. É preciso crescer,

**PRISCILA CRUZ**

Diretora executiva do Todos pela Educação

“

*Ficamos estagnados no ensino da matemática. Essa é a prova de que o investimento só funciona com gestão financeira e pedagógica.*

mas com um planejamento específico, que estabeleça, por exemplo, quanto deve ser investido na formação de professores e na implementação de escolas de tempo integral – defende Priscila Cruz, diretora executiva do Todos Pela Educação.

Ela afirma, por exemplo, que os avanços da última década – o percentual do PIB investido em educação subiu de 3,9% em 2000 para 5,1% em 2010 – não tiveram impac-

to na aprendizagem de matemática.

Uma boa maneira de começar a gestão financeira é atrelar os recursos a cada uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Na lista de cobrança, segundo os estudiosos, é o próprio governo federal quem mais deve ser questionado por conta de sua pequena participação no financiamento da educação. A legislação brasileira estabelece um regime de colaboração em que a União despende 18% das receitas adquiridas com impostos, enquanto Estados e municípios aplicam 25% de suas arrecadações de tributos.

– Nesse regime de colaboração, quem arrecada mais, investe menos. Atribui-se para o ente federado mais frágil, o município, a maior responsabilidade, que são o ensino infantil e fundamental – diz Flávio Caetano da Silva, especialista em financiamento da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar).





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 22/07/2012
<b>Assunto:</b> Professores: Lei do piso salarial deve ser mudada		<b>Página:</b> 03

# DIÁRIO CATARINENSE

## Professores: lei do piso salarial deve ser mudada

Entendimentos entre os secretários estaduais de Educação e representantes do governo federal devem resultar em mudanças no critério de reajuste do piso salarial dos professores da rede pública. A proposta que está sendo negociada com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação é de fixar o aumento anual do piso com base no INPC, mais um pequeno ganho real.

As informações são do secretário da Educação, professor Eduardo Deschamps, que representa o Conselho Nacional dos secretários nas reuniões que estão sendo realizadas em Brasília.

Estudos feitos pelo MEC indicaram que o impacto do reajuste de 22% do piso salarial do magistério este ano será de R\$ 8 bilhões. E o governo central só tem R\$ 1 bilhão para repassar a Estados e Municípios.

De acordo com Deschamps, se a proposta de mudança tiver a aprovação da Confederação Nacional, a alteração poderá se dar por Medida Provisória da presidente Dilma Rousseff.

A iniciativa de exame mais detalhado sobre a lei do piso salarial partiu do Ministério da Educação, diante da falta de aplicação na maioria dos estados e municípios. A preocupação do MEC neste momento é garantir a sustentabilidade financeira do piso.

## CONCURSO

O secretário da Educação revelou que estão adiantadas as negociações no governo para definição do projeto de lei sobre o novo Plano de Cargos e Salários dos professores estaduais. Os estudos sobre os novos vencimentos estão sendo checados pelo Coordenador de Negociações Trabalhistas, Décio Bacedo Vargas. Eles resultam de várias reuniões com os dirigentes do Sinte.

Na próxima quarta-feira, Vargas levará a proposta final para aprovação do governador Raimundo Colombo. A partir daí vai submeter a matéria dos dirigentes do Sinte. Pretende colher novas contribuições. Se tiver o aval do Sindicato, o projeto será, então, remetido a Assembleia Legislativa.

A equipe técnica da Secretaria da Educação está finalizando o edital sobre o concurso público para ingresso no magistério. Pretende publicá-lo em julho ou agosto, para realização do concurso no segundo semestre e admissão dos novos professores no início de 2013.

Finalmente, o setor financeiro está fazendo os cálculos para pagamento aos professores que participaram da greve e cumpriram o calendário da reposição.

♦ O site da coligação “Avança Florianópolis”, da candidata Angela Albino (PCdoB) será lançado neste fim de semana. Servirá para construção do Plano de Governo. A aliança “Por uma cidade mais humana”, do deputado Cesar Souza(PSD), coloca seu site no ar segunda-feira, tendo como novidade “o grito da cidade”. E a coligação “Florianópolis ainda melhor”, do deputado Gean Loureiro(PMDB) anunciará o site no lançamento da candidatura dia 28, no Clube 12 de Agosto.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 22/07/2012
<b>Assunto:</b> Educação infantil		<b>Página:</b> 15

# DIÁRIO CATARINENSE

## Educação infantil

FRANCISCA ROMANA PARIS \*

A partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, as crianças brasileiras passaram a ser respeitadas como cidadãs de direitos. Começaram a ser vistas como sujeitos históricos e produtores de cultura, porém com certas especificidades, uma vez que estão em pleno desenvolvimento. Tal propósito impulsionou algumas mudanças nas leis posteriores e na organização das políticas públicas para a infância no Brasil. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação indica um avanço na mentalidade estabelecida. Ela postula que todas as instituições de Educação Infantil devem ter suas propostas pedagógicas tecidas sob as intenções do cuidar e do educar.

Outra medida que levou a uma melhoria considerável no atendimento escolar para as crianças com idade entre zero e cinco anos foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atende a toda a educação básica desde janeiro de 2007. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, homologadas no final de 2009, também reafirmam o conceito de criança cidadã e definem um currículo voltado para as necessidades de cada faixa etária. Essa norma tem por objetivo estabelecer as diretrizes a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil, que vem a ser a primeira etapa da educação básica, oferecida para crianças de até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

Recentemente, o governo federal lançou o programa Brasil Carinhoso, que visa tirar da miséria crianças de até seis anos cuja renda familiar per capita seja inferior a R\$ 70. O programa terá três eixos: reforço da renda familiar \_ por meio do programa Bolsa Família \_, acesso às creches e ampliação da cobertura de saúde. A educação e o cuidado na primeira infância fazem a diferença

**É nos primeiros três anos de vida que se abrem as chamadas "janelas da aprendizagem"**

do ponto de vista de qualificar a educação no país. Penso que o Brasil demorou muito para investir na infância, haja vista que os ensinos superior, médio e fundamental apareceram primeiro nas metas das políticas públicas. Mas nunca é tarde.

A proposta é, sem dúvida, muito interessante. Contudo, juntamente com tais ações, é preciso intensificar a busca pela qualidade nas creches e pré-escolas, já que renomados pesquisadores da Psicologia da Aprendizagem afirmam que é nos primeiros três anos de vida que se tem os períodos sensitivos à aprendizagem, as chamadas "janelas da aprendizagem".

Quando alimentada de informação e motivada por novas experiências nessa fase, a criança fixa o que foi absorvido como instrumentos do pensamento. Essas janelas fecham-se à medida que os anos vão passando, por isso a necessidade de se aprender nesse período. É o tempo do Kairós (antiga palavra grega que significa "o momento certo" ou "oportuno") da aprendizagem, época em que a criança está apta a 'aprender a aprender', o que favorece o desenvolvimento de habilidades e competências que lhe valerão por toda a vida.

\* Pedagoga, mestra em Educação





<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 22/07/2012
<b>Assunto:</b> Pau-Brasil não será cortado		<b>Página:</b> 34

## DIÁRIO CATARINENSE

### REDES SOCIAIS

# Pau-brasil não será cortado

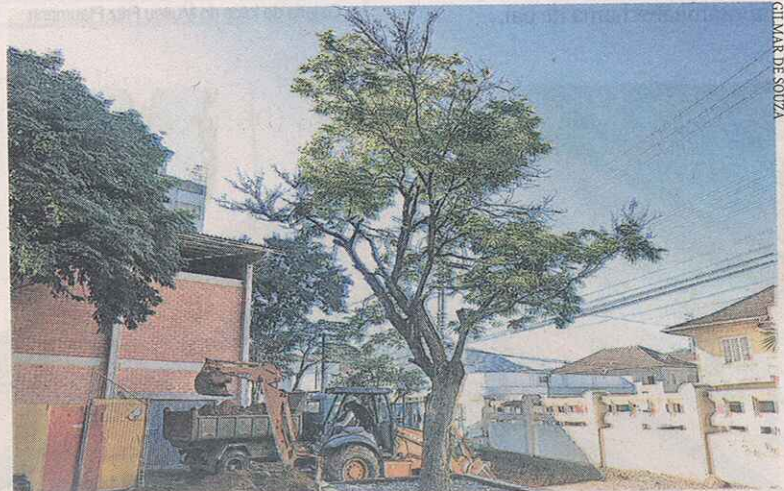
Indaial

TATIANA SANTOS

Um protesto sem faixas nem cartazes, mas que teve resultado positivo. Professores e alunos da Escola Estadual Raulino Horn, no Centro, de Indaial, usaram o Facebook como ferramenta de mobilização para impedir o corte de um pau-brasil, que seria derrubado para a construção de um estacionamento de vans.

O envolvimento da comunidade foi tamanho que a prefeitura acabou desistindo de remover a árvore. Professora na escola e bióloga, Aline Naïssa Dada diz que pensou em usar a rede social por ser um meio rápido e sem custo para divulgar a causa:

– A maioria não queria que a árvore fosse cortada, mas o poder público estava irredutível quanto a isso. Como estudei nesta escola e sei o significado da árvore para nós, resolvi usar o que tinha em mãos.



Mobilização na internet impediu o corte de árvore em escola de Indaial

A publicação na internet causou um efeito cascata: de quarta-feira, quando a professora publicou a notícia, até sexta à tarde, o post havia sido compartilhado por pelo menos 1.280 pessoas. Ainda na quinta-feira, o município comunicou à escola que a árvore não seria mais cortada.

A diretora de Planejamento Urbano da prefeitura, Patrícia Nickhorn e Silva, confirmou que o município desistiu de fazer o corte. Mas disse que o pedido partiu da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

reportagem@diario.com.br